
A Geração de 70 e o Anticlericalismo

Antônio Augusto Nery
Universidade Federal do Paraná
gutonery@hotmail.com

Resumo

A temática religiosa, quase sempre com uma característica anticlerical, é uma constante na Literatura Portuguesa, desde o período medieval até a contemporaneidade. Neste trabalho espero traçar algumas reflexões sobre o anticlericalismo nessa literatura e como ele se configura nas obras de alguns de seus autores. Buscarei, por intermédio de uma contextualização histórica, analisar preliminarmente de que forma os autores de diversos períodos dialogavam com a Igreja e seus representantes, o clero. Darei ênfase à maneira pela qual a Geração de 70, grupo intelectual da segunda metade do século XIX, lidou com a crítica anticlerical, uma vez que, para esses intelectuais, a Igreja Católica constituía-se um dos fatores que teriam levado Portugal à situação decadente, que eles pretendiam denunciar e criticar.

Palavras-Chave: Literatura Portuguesa; Anticlericalismo; Geração de 70; Século XIX; Igreja Católica..

Abstract

The religious theme, almost always carries an anticlerical feature, finds a common ground in the Portuguese Literature, from the medieval period to the contemporaneity. In this work I hope to share some thoughts upon the anticlericalism in this literature and how it is shown in the works of their authors. I will analyse preliminarily through a historical contextualization the way the authors from several periods dialogued with the Church and its representatives, the Clergy. Emphasis will be given on the way in which the seventies Generation, intellectual group from the second half of the nineteenth century, dealt with the anticlerical criticism. The Catholic Church, for these intellectuals, represented one of the factors which led Portugal to a declining situation, a fact they intended to denounce and criticize.

Keywords: Portuguese Literature; Anticlericalism; The seventies Generation; Nineteenth century; Catholic Church.

A fase de formação da nação portuguesa possui a presença marcante da Igreja. O clero já desempenhava papel importante nas decisões políticas desde o século XII, quando apenas condados existiam no espaço onde hoje está Portugal¹. Também incentivado pela instituição religiosa, é que se incutiu o mítico milagre de Ourique como sendo gênese da identidade portuguesa, fato que muito tempo ajudou a idealizar o povo português como sendo “eleito” por Deus².

A influência papal nas nações ibéricas, o Concílio de Trento (1545-1563), a atuação dos jesuítas e a Inquisição (1536-1821) foram acontecimentos que firmaram a grande influência da Igreja nas decisões dos governantes e em todas as instâncias de poder. O papel do clero em Portugal esteve quase sempre ligado às questões econômicas, políticas e sociais, enquanto que a função principal, a espiritual, permanecia em segundo plano. A justificativa para tal procedimento era, muitas vezes, pautada em considerações divinas que serviam como amparo para os bispos, padres e papas exercerem influência no que competia ao Estado, bem como relevava muitas atitudes hipócritas do clero.

A literatura, como representação do real, não ficou alheia a esta conjuntura. A temática religiosa, quase sempre com uma característica anticlerical, é uma constante na Literatura Portuguesa.

Joel Serrão³ postula que a liberdade da fala anticlerical em Portugal tem uma raiz medieval e não moderna, como poderíamos ser levados a pensar. Porém, mesmo sendo uma constante, o anticlericalismo possuiu formas distintas em suas representações na literatura, existindo certas diferenças entre os discursos anticlericais presentes nas Cantigas Trovadorescas medievais; no Teatro de Gil Vicente (1465?-1536?); nos romances de Alexandre Herculano (1810-1877); no discurso anticlerical dos representantes da Geração de 1870, e na moderna ficção de José Saramago (1922-2010) ou de Agustina Bessa-Luís (1922-), por exemplo. Isso não somente pelas diferenças entre os períodos históricos, nos quais todos esses autores escreveram, mas, sobretudo, por conta da própria compreensão do papel que deveria ser exercido pela religião e pelo clero na sociedade, além de mudanças relacionadas às concepções de fé e crença ao longo dos tempos.

¹ Cf. MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 07-17.

² BUESCU, Ana Isabel. Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino. In: CENTENO, Yvette Kace (org.) *Portugal - Mitos Revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993, p. 11– 50.

³ SERRÃO, Joel. *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizontes, 1975.

Na Idade Média, a contestação da exagerada intervenção dos clérigos na vida social, bem como suas atitudes incoerentes, originavam o tema dos ataques à religião, sempre de forma cômica, direta e indiretamente, sem aprofundamentos em questões doutrinárias ou de contestação virulenta à integridade da fé cristã⁴. Isso é, de fato, perceptível nas Cantigas de Escárnio e Maldizer e no Teatro Vicentino.

Depois da deflagração da Inquisição, em 1536, o Santo Ofício monitorou exaustivamente a produção intelectual do país, atingindo diretamente a independência e autenticidade das produções literárias no período: “Fortalecida pela censura, que controla, a Inquisição portuguesa não conhece uma única publicação impressa no nosso país que conteste a sua santidade até a abolição de 1821”⁵. Por esse motivo não se constata tantos lastros anticlericais explícitos nesta fase, pelo contrário, encontramos obras com grandes nuances de temas cristãos-católicos como, por exemplo, alguns dos sermões de Padre Antonio Vieira – que, aliás, também irá se indispor politicamente com a Igreja.

A partir da segunda metade do século XVII e durante o XVIII, o “insulamento” de Portugal, causado pelas agruras da Inquisição, começou a mudar. Muitos portugueses abastados, que viajavam para outros países da Europa a estudos, tomavam contato com as novas idéias das luzes e regressavam à nação, formando, assim, uma classe de insatisfeitos com a situação do país, eram “os estrangeiros”. Entretanto, até a superação política dos fundamentos teológicos da escolástica católica, dos cerceamentos da Inquisição e da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, houve um lento processo de abertura.

Na constituição política de 1821, o Catolicismo é constantemente lembrado como religião oficial. Aliás, fazendo um avanço em nossa análise, é baseado nos artigos dessa constituição, principalmente quando se refere à religião, que o Marquês de Ávila e Bolonha se inspirou para suprimir as Conferências do Casino em 26/06/1871, criticando, entre outros fatores, o teor revolucionário, a conspiração contra as instituições políticas e o anticatolicismo propalados pelas conferências.

O Romantismo, especialmente o de Almeida Garrett, é perpassado, sem dúvida, pelas idéias iluministas. Podemos observar na produção garrettiana, como também nas

⁴ ROBL, Affonso. As impertinências do jogral Lourenço – análise filológica de quatorze cantigas polêmico-satíricas medievais. Tese de Doutorado. FFLCH, USP: São Paulo, 1981, p. 07-09.

⁵ BETHENCOURT, Francisco. A inquisição. In: CENTENO, Yvette Kace (org.) *Portugal - Mitos Revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993, p. 108.

obras de Alexandre Herculano, por exemplo, o desejo de realizar a denúncia da contraditória prática clerical ao longo da história portuguesa.

A verdade no tempo das luzes consistia na liberdade da condição humana. Joel Serrão⁶ esclarece que da maneira como o absolutismo e a instituição religiosa cerceavam a liberdade, afrontavam diretamente o pensamento da verdade iluminista. Portanto, os intelectuais do período tinham em mente que tanto os absolutistas quanto o clero eram representantes de Instituições que precisavam ser atacadas.

Para muitos pensadores iluministas, os dirigentes católicos deveriam estar empenhados na concretização da nova concepção de sociedade que se fazia presente, ou seja, em concordância com os desígnios e objetivos burgueses, porém, era justamente o contrário do que ocorria.

Mesmo com um caráter contestador, o discurso anticlerical na literatura portuguesa, anterior ao século XIX, pouco se dirigia a questões pertinentes ao transcendente, concebendo ainda a transcendência como justificativa única para a vida humana, muito ao gosto do catolicismo cristão medieval, que propunha o esvaziamento da vida na terra, para que a alma fosse elevada no céu (ou rebaixada no inferno).

Um avanço na forma literária de contestar os princípios religiosos que ultrapassam um mero anticlericalismo, para aprofundar as críticas em relação à transcendência, somente iria se desenvolver a partir do Republicanismo⁷.

É uma fase de contestação que difere de todas as outras existentes. Bueno⁸ ressalta que a tradição crítica religiosa que sempre existiu em Portugal esteve freqüentemente voltada à Igreja Católica e seu clero, eximindo-se a figura de Jesus e as outras religiões. A autora propõe que somente no século XIX, quando a ampliação da crítica religiosa se avoluma na Europa, é que a figura de Cristo e sua divindade passam a ser questionadas em Portugal.

A partir do Oitocentos, a religião e a Igreja Católica com seus dogmas, acreditava-se, poderiam ser questionados à luz da ciência. O que antes era tido como certo e inquestionável tornava-se passível de indagações.

⁶ *Op. cit.*, p. 192.

⁷ Sobre os avanços relacionados ao anticlericalismo no século XIX, BETHENCOURT (1993) esclarece que, no caso da Inquisição, o primeiro texto crítico acerca do tribunal da fé somente é impresso em Portugal em 1821, depois da revolução liberal e da abolição das práticas inquisitoriais (Cf. BETHENCOURT, 1993, p. 114). Para esse autor a Inquisição será utilizada como tema de combate pelos escritores que almejaram discutir o contexto político-religioso da época.

⁸ BUENO, Aparecida de Fátima. *As imagens de Cristo na obra de Eça de Queirós*. (Tese de Doutorado). UNICAMP, 2000, p. 18.

Tanto a história do Cristianismo quanto o seu fundador, e a transcendência de um modo geral, foram alvo de diversas teses, com autores versando sobre as possíveis novas formas de se olhar para a figura de Cristo, ou simplesmente uma nova re-interpretação para o Evangelho do Novo Testamento

O anticlericalismo na segunda metade do século XIX parece ser inseparável de toda a agitação de renovação que se propunha, bem como dos objetivos do socialismo e da consolidação das idéias republicanas. É nesse contexto que surge a Geração de 70, uma das mais profícuas agremiações literárias a desenvolver uma crítica à Instituição religiosa portuguesa em todos os seus âmbitos.

A Geração de 70 sentiu-se produto de uma sociedade, história e cultura com incoerências e “falhas” e, como elite intelectual, quis contestar esses “erros” interrogando seus fundamentos, refletindo nessa contestação, toda uma corrente crítica que ocorria no cenário europeu, especialmente na Alemanha e na França⁹.

De capital importância para a posteridade, a Geração representou um avanço nas discussões que até então se travavam tradicionalmente sobre vários aspectos da cultura e da sociedade portuguesa, repensando essas questões desde a origem da formação da nacionalidade até aquela conjuntura, de forma crítica e ferina.

Entre os questionamentos sobre a identidade nacional, o papel da Igreja e do clero na formação de Portugal esteve sempre em pauta. A crítica ao clero é uma postura adotada pelos principais intelectuais que, direta e indiretamente, estiveram ligados à Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros.

Joel Serrão¹⁰ postula que, embora não se configure como o objetivo principal, o anticlericalismo será para toda a plêiade de 70 a forma de renegar anos de atraso e, por intermédio da negação da Igreja, propor uma forma de purgar a culpa da influente Instituição no marasmo do país:

Será em Oliveira Martins (1845-1894), a fobia anti-jesuítica; em Teófilo Braga (1843-1924), o radical laicismo positivista; em Eça de Queirós (1845-1900), *O crime do padre Amaro* e *A relíquia*; em Gomes Leal (1845-1921), o momento vulcânico de *O anti-Cristo*, em Guerra Junqueiro (1850-1923), *A velhice do padre Eterno*, etc., etc.¹¹.

⁹ MATOS. A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 472.

¹⁰ *Op. cit.*

¹¹ *Ibidem.*, p. 204.

Para Alfredo de Campos Matos, no *Dicionário sobre Eça de Queiroz*, os principais componentes da Geração de 70 cresceram no período da chamada “Regeneração Portuguesa”, no qual os intelectuais, guiados pela Revolução Francesa e pelos ideais iluministas, almejavam a transformação de Portugal por meio do progresso social, econômico e cultural. Esse posicionamento já era notado de uma forma distinta na primeira geração romântica que tinha Garrett à frente¹², entretanto, o período da “regeneração”, no qual os participantes da Geração de 70 viveram, diferenciava-se significativamente daquele de Garrett por conta dos diferentes ideais políticos, econômicos, sociais e culturais que se queriam alcançar na segunda metade do século XIX.

Após tempos de embate entre liberais e absolutistas, a elite portuguesa, nos idos de 70, desejava, logo depois da pacificação, os grandes progressos materiais europeus, promovidos pela ascensão da burguesia industrial capitalista.

Foi justamente contra esse louvor ao progresso material, no qual foram educados, que Antero e seus companheiros teceram questionamentos. Para eles era necessário buscar os antigos ideais do liberalismo e, antes de qualquer desenvolvimento material, devia-se fazer o progresso social e cultural da sociedade.

Para compreendermos as principais características da Geração e notarmos o anticlericalismo figurando como item de suma importância no pensamento de 70, recorramos ao, por assim dizer, “pai do pensamento da Geração de 70”, Antero de Quental.

As idéias de Antero serviram como norte para todos os participantes da Geração e estão refletidas nas obras de outros integrantes da plêiade. Em seu principal ensaio deste período, a conferência apresentada no Casino Lisbonense em 27 de maio de 1871, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Antero propõe o Catolicismo pós-tridentino, junto com a monarquia absolutista e as conquistas ultramarinas, como causadores da decadência moral, econômica e social das nações ibéricas; responsáveis pelo atraso do desenvolvimento da indústria e da ciência na península a partir do século XVII. A grande lástima estava no atraso do país que, comparado às outras nações européias, era vergonhoso.

[...] enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados

¹² *Op. cit.*, p. 472.

ao último grau de desenvolvimento e aplicação. Baixávamos pela indústria, pela política. **Baixávamos, sobretudo, pela religião**¹³.

Discutido do início ao fim da conferência, o papel da religião é objeto de atenção especial de Antero, pois “os povos peninsulares são naturalmente religiosos, são-no até d’uma maneira ardente, exaltada e exclusiva”¹⁴, talvez por isso ele discorra sobre o fenômeno religioso através da história, propondo que nos primórdios da península o povo ao invés de aceitar a religião, a fazia.

Na verdade, havia um posicionamento particular dos bispos, padres, governantes e do próprio povo português, que contradizia muitas imposições da cúria romana: uma autonomia particular de praticar a religião. A caridade e a tolerância eram muito mais importantes que as prescrições de uma teologia dogmática. Isso para Antero era louvável. Contudo, a partir do século XVI, com a Reforma e a Contra-Reforma, a religião passou por mudanças profundas e se tornou, segundo Antero, “uma prática ininteligente, formal e mecânica”¹⁵.

Antero acreditava que o Concílio de Trento, de onde saíram os jesuítas e a Inquisição, fora o principal culpado por essa regressão religiosa. Para os povos peninsulares latinos, a Contra-Reforma teria de ocorrer no tom liberal que vigorava, de forma a buscarem uma reconciliação com os desgarrados; todavia, não era esse o desejo de Roma. Há uma clareza, por parte de Antero, do atraso que a resistência às reformas e a submissão a Roma causaram para a península. A Igreja deveria regressar às origens, às “Igrejas Nacionais”, como ele denomina, sendo independente, tolerante e não precisando oprimir.

A partir do Concílio houve o desenvolvimento de um catecismo fundamentado nas novas concepções teológicas, foram instituídos vários dogmas: o pecado original, a condenação da razão humana, o poder da confissão - e o nascimento da figura do diretor espiritual. No plano político a Igreja explicitamente apoiava a continuação do absolutismo, com a concentração de poder e a invasão de direitos.

Antero postula que esse catecismo, divulgado principalmente pelos jesuítas, foi por muito tempo base para a educação dos jovens, transformando-os em subservientes à pobreza intelectual e moral da Contra-Reforma:

¹³ QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas Escolhidas* (org. por Fidelino Figueiredo). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942, p. 112, grifo nosso.

¹⁴ *Ibidem.*, p. 109.

¹⁵ *Idem.*

Com o jesuitismo desaparece o sentimento cristão, para dar lugar aos sofismas mais deploráveis a que jamais desceu a consciência religiosa: métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se à memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo, e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora: a educação jesuítica faz das classes elevadas máquinas inteligentes e passivas; do povo, fanáticos corruptos e cruéis: a funesta moral jesuítica, explicada (e praticada) pelos seus casuístas, com as suas restrições mentais, as suas subtilezas, os seus equívocos, as suas condescendências, infiltra-se por toda a parte, como um veneno lento, desorganiza moralmente a sociedade, desfaz o espírito de família, corrompe as consciências com a oscilação contínua da noção do dever, e aniquila os caracteres, sofismando-os, amolecendo-os: o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis [...] ¹⁶.

O Concílio de Trento e o posterior papel da Igreja são considerados, a nosso ver, fatos que Quental defende como culminantes para a decadência de Portugal. Era necessário, portanto, fazer a distinção clara entre o Cristianismo e o Catolicismo, entre o que era sentimento e o que era Instituição, qual vivia da inspiração e qual vivia do dogma e da disciplina, desta forma, qual era o real sentido da religião.

O ideal que vigorava de um modo geral no pensamento de Antero era, já em 1865, na ocasião da “Questão Coimbrã”, a concepção de Portugal como um país atrasado em vários aspectos, se comparado a outros países da Europa. Dirigindo-se ao poeta António Feliciano de Castilho, o jovem de Coimbra expressa, de maneira irônica e crítica, o desprezo que uma parcela da elite intelectual portuguesa mantinha com relação aos avanços em diversas áreas do conhecimento, ocorrido em outros países:

Todavia, quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. Não é a nossa divertida Academia das Sciencias, que revolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos factos e das idéas. É o Instituto de França, é a Academia Scientifica de Berlim, são as escholae de philosophia, de historia, de mathematica, de physica, de biologia, de todas as sciencias e de todas as artes, em França, em Inglaterra, em Allemanha. Pois bem: a Allemanha, a Inglaterra, a França, comprazem-se no nevoeiro, são incompreensíveis e ridiculas, são methaphysicas tambem. As tres grandes nações pensantes são risiveis deante da critica fradesca do sr. Castilho. Os grandes genios modernos são grotescos e despreziveis aos olhos baços do banal metrificador portuguez. O grande espirito philosophico do nosso tempo, a grande creação original, immensa da nossa idade, não passa de confusão e embroglio desprezivel para o professor de ninharias [...] ¹⁷

¹⁶ *Ibidem.*, p. 123.

¹⁷ QUENTAL, Antero de. Bom Senso e Bom Gosto. In: *Poesia e Prosa* (org. por Carlos Felipe Moisés). São Paulo: Cultrix, 1974, p. 125.

O desenvolvimento de outros países europeus era muito valorizado pelo autor das *Odes modernas*, que, na carta a Castilho, cita diversos intelectuais e correntes de pensamento para exemplificar seus intentos comparativos: “(...) Hegel, Stewart Mill, Augusto Comte, Herder, Wolff, Vico, Michelet, Proudhon, Littre, Feuerbach, Creuzer, Strauss, Taine, Renan, Büchner, Quinet, a filosofia alemã, a crítica francesa, o positivismo, o naturalismo”¹⁸.

Voltando à questão que me interessa, na comparação com outras nações europeias, o projeto de modernizar Portugal também passava pelo crivo religioso. O Catolicismo representava atraso não só por conta da atuação hipócrita do clero, mas também pela própria tradição doutrinária e a participação histórica da Igreja Católica na formação da nacionalidade portuguesa.

Para muitos críticos do Oitocentos, a prosperidade financeira alcançada por alguns países europeus devia-se muito ao pensamento protestante fundamentado na crença calvinista de que a riqueza constitui certo sinal de unção espiritual¹⁹. Tal filosofia, logicamente, não vigorava nos países católicos, pois a doutrina católica considerava o acúmulo de bens como um pecado, baseada em várias passagens bíblicas nos quais o desapego é exortado. Muito embora, como bem sabemos, o “Vai e vende tudo o que tem”²⁰ por muito tempo era uma máxima anunciada doutrinariamente pela Igreja de Roma e muito pouco praticada por seus dirigentes que incentivavam os fiéis a doarem seus bens ao Estado e à própria Igreja.

As obras principalmente de Ernest Renan (1823-1892), David Strauss (1808-1874) e Ludwig Feuerbach (1804-1872) foram cabais para o pensamento da Geração de 70 acerca do anticlericalismo e da religião, de um modo geral. Houve no século XIX, a partir da publicação das obras desses e de outros autores, uma mudança no tratamento dado até então à figura de Jesus pelos escritores portugueses. Essa atitude pode estar ligada ao fato de os “novos” anticlericalistas quererem não somente criticar a instituição religiosa, mas também minar a religião em seus fundamentos, pondo em xeque o cerne da Instituição, Jesus Cristo²¹.

A divindade de Cristo é o carro chefe do Cristianismo e, conseqüentemente, do Catolicismo; contestá-la e mostrar um Jesus humanizado é destituir toda a doutrina

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ver: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber. O autor esmiúça como a teoria protestante alavancou a riqueza dos países que professavam a fé protestante e ajudou a fundamentar a teoria capitalista.

²⁰ Cf. Mt. 19, 16-28; Mc. 10,17-30; Lc. 18, 18-30.

²¹ BUENO, 2000, *op. cit.*, p. 18.

cristã de qualquer proposta sobrenatural e miraculosa, e, assim, alvejar a Igreja Católica no seu principal dogma.

Era preciso, pois, desmistificar o passado, passado em que a Igreja teria uma presença nefasta. Para tornar conhecidos todos estes ideais é que em 16 de maio de 1871, Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira Meirelles, Guilherme de Azevedo, Jaime Botelho Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Sáragga e Teófilo Braga assinaram o programa daquele que seria o grande feito público da Geração de 70 as “Conferências do Casino Lisbonense”.

Embora tenham se realizado apenas cinco palestras²² das várias programadas, as falas causaram verdadeiro estardalhaço na vida intelectual de Lisboa. As conferências do Casino foram, por assim dizer, a principal manifestação da Geração e quando o Marquês de Ávila e Bolonha pôs fim a elas, em 26 de junho do mesmo ano, uma das justificativas para isso foi o anticatolicismo, conforme já mencionei. A proibição foi ordenada pelo Marquês justamente quando Salomão Sáragga falaria sobre os “Historiadores críticos de Jesus”, palestra na qual a divindade de Jesus seria colocada em jogo²³.

Paradoxalmente, a imprensa católica, por meio de seus jornais, ao mesmo tempo em que criticava as conferências e os participantes, denegrindo a imagem dos “revolucionários” e insinuando a ligação deles com os comunistas da Associação Internacional dos Trabalhadores²⁴, também funcionou como grande divulgadora das reuniões, tornando-as conhecidas para seus leitores:

A imprensa católica continuou a ajudá-los. Tanto A Nação como O Bem Público declaravam, preto no branco, que por detrás de Antero, estavam os comunistas. Para A Nação seria a Internacional que estaria a controlar tudo. Em tom não menos incendiário O Bem Público intitulava os artigos que publicava sobre os acontecimentos Ecos da Comuna²⁵.

²² Antero de Quental: “O espírito das conferências”, em 22 de Maio, e “Causas da decadência dos povos peninsulares”, em 27 de Maio; Augusto Soromenho: “A literatura portuguesa”, em 5 de Junho; Eça de Queirós: “A literatura nova”, em 12 de Junho e Adolfo Coelho: “O ensino”, em 19 de Junho.

²³ MATOS, 1993, *op. cit.*, p. 104.

²⁴ A Associação Internacional dos Trabalhadores foi a principal responsável pelo levante da Comuna de Paris, inclusive atuando no governo revolucionário. Seus componentes eram temidos pelos reacionários de toda a Europa.

²⁵ MÓNICA, Maria Filomena. As Conferências do Casino. In: *Eça de Queirós*. 4ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001, p. 90.

De fato, ao invés de “esfriar ânimos”, a proibição de Ávila e Bolonha gerou uma inesperada e extraordinária repercussão pública. Os ideais revolucionários debatidos nas salas do Casino Lisbonense começaram a ser conhecidos por boa parte da sociedade.

Adolfo Coelho foi o responsável pela quarta e última conferência intitulada “O ensino”, na qual defendia a separação da Igreja Católica do Estado. O intelectual propunha que essa união é que teria sido responsável pela desvalorização do espírito científico em Portugal. Coelho defendia também que o Catolicismo não deveria ser imposto como religião oficial ao povo português. Para concluir a virulenta palestra, o autor terminou atacando a letargia científica e o capenga desenvolvimento da Universidade de Coimbra.

Para Maria Filomena Mónica²⁶, a conferência de Adolfo foi fundamental para o fim das reuniões do Casino. Com os ataques aos professores de Coimbra, até mesmo jornais que apoiavam as Conferências posicionaram-se contrários a elas. Mesmo que a proibição tenha sido feita por conta, principalmente, das conferências futuras, as palavras de Adolfo Coelho abalaram as estruturas de duas das mais tradicionais instituições portuguesas: a Igreja Católica e a Universidade de Coimbra. “A interdição das Conferências foi causada por uma variedade de elementos: os ataques à Igreja Católica, a ênfase na revolução, o louvor da reforma protestante, a discussão da divindade de Cristo e a denúncia da ignorância dos lentos”²⁷.

Na época das Conferências, Portugal também vivia um ambiente atípico com a efervescência dos acontecimentos revolucionários na Europa, principalmente na França, com a Comuna de Paris (1871):

Durante a primavera e o verão de 1871, o país saiu de sua pacatez habitual. Acolheu espanhóis em missões de propaganda revolucionária, franceses em fuga e até espíões especializados em contra-revolução. Em junho tinham chegado três dirigentes da Associação Internacional dos Trabalhadores, Lorenzo, Morago e Mora, cuja intenção era ajudar a fundar, em Portugal, uma célula da organização²⁸.

Mónica defende a tese de que realmente Antero e Batalha Reis teriam grande simpatia pelo movimento da comuna, tanto que mantinham contato com revolucionários comunistas por intermédio de José Fontana, suíço emigrado em Portugal²⁹. Entenda-se

²⁶ *Ibidem.*, p. 92.

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Ibidem.*, p. 98.

²⁹ *Ibidem.*, p. 97.

aí outro grande motivo para a intervenção do governo nas conferências e indiretamente um rechaço a todos da Geração. Os governantes não queriam correr riscos com uma possível revolução portuguesa, impulsionada pelos acontecimentos do restante da Europa. A atitude de Ávila e Bolonha pode ser entendida, portanto, também como um reflexo dos acontecimentos internacionais do período.

Em seu estudo sobre a Geração de 70, Antonio Quadros³⁰ expõe que ao abrirem as Conferências do Casino, Antero e seus amigos começavam a construir uma imagem pessimista de Portugal, que deixaria lastros significativos em toda a cultura do país:

[...] vibrou o primeiro golpe num certo Portugal, abrindo deste modo, inconsciente ou impensadamente, uma crise de identidade nacional que, mau grado as diversas e subseqüentes tentativas regeneracionistas, foi a nota dominante de um século de vida portuguesa³¹.

O autor critica o fato de os conferencistas espelharem-se nas nações europeias, considerando-as como referência de “culturas ideais” e, de uma forma simplista, pensarem que bastaria uma substituição da cultura e das leis portuguesas pelo que vigorava em outros países europeus. A tática utilizada era a de inferiorizar e rejeitar Portugal para depois adaptá-lo através de uma conversão completa ao cenário progressista centro-europeu. A condenação da história e da cultura portuguesa, o aniquilamento da identidade nacional em valorização dos princípios estrangeiros e a busca de idéias estrangeiradas para solucionar os problemas locais foram, por assim dizer, os grandes erros dos inconformados de 70, segundo António Quadros.

Para Quadros, as soluções que a Geração de 70 propôs ao complexo de inferioridade português, antes de diminuí-lo, agravou-o, ao afrontar aquilo que era criticável e conjuntural com o que era “respeitável, necessário, essencial”³². De certa forma, as críticas de António Quadros procedem, muitas obras dos autores de 70 tinham como objetivo expor o provincianismo, exprimindo o desejo de europeização e da autodescrença em relação ao país.

Todavia, a posição crítica adotada por Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros, embora questionável a partir das reflexões de Quadros, foi corajosa em muitos aspectos, pois, naquele contexto, a estagnação social, política e

³⁰ QUADROS, Antonio. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa nos últimos 100 anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

³¹ *Ibidem.*, p. 57.

³² *Ibidem.*, p. 62.

cultural de Portugal era realmente expressiva. A atuação da Geração de 70, em certos aspectos, representou uma verdadeira revolução cultural.

REFERÊNCIAS

- BETHENCOURT, Francisco. A inquisição. In: CENTENO, Yvette Kace (org.) *Portugal - Mitos Revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- BÍBLIA SAGRADA - Tradução do Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ave Maria, 1994.
- BUENO, Aparecida de Fátima. *As imagens de Cristo na obra de Eça de Queirós*. (Tese de Doutorado). UNICAMP, 2000.
- BUESCU, Ana Isabel. Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino. In: CENTENO, Yvette Kace (org.) *Portugal - Mitos Revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- MATOS, A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993.
- MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- QUADROS, Antonio. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa nos últimos 100 anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.
- QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas Escolhidas* (org. por Fidelino Figueiredo). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.
- _____. Bom Senso e Bom Gosto. In: *Poesia e Prosa* (org. por Carlos Felipe Moisés). São Paulo: Cultrix, 1974.
- ROBL, Affonso. *As impertinências do jogral Lourenço – análise filológica de quatorze cantigas polêmico-satíricas medievais*. Tese de Doutorado. FFLCH, USP: São Paulo, 1981.
- SERRÃO, Joel. *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizontes, 1975.
- MÓNICA, Maria Filomena. As Conferências do Casino. In: *Eça de Queirós*. 4ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2001.